

Emenda do petróleo volta a Comissão por até 30 dias

Propostas apresentadas por Antonio Carlos Valadares, Roberto Freire e Júnia Marise fazem com que flexibilização do monopólio retorne à CCJ antes de ir a plenário

Subprocurador quer Conselho de Comunicação

A imediata instalação do Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS), previsto na Constituição e já criado por lei, foi defendida ontem pelo subprocurador-geral da República para Assuntos do Cidadão, Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, como necessária à prevenção de abusos na programação. Álvaro prestou depoimento na Comissão Especial do Senado que analisa a programação de rádio e TV.

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu um Conselho livre de intromissão empresarial. Hugo Napoleão (PFL-PI) lembrou que a fiscalização era feita pelo Dentel, e Arthur da Távola (PSDB-RJ) reconheceu a omissão quanto ao direito dos cidadãos à informação.

NESTA EDIÇÃO

Júnia espera justiça para Brizola

Página 4

Projeto veda servidor em consultorias

Página 3



CCJ aprova emenda que condiciona recesso à aprovação do Orçamento

A proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para apreciação de três emendas apresentadas em plenário pelos senadores Antonio Carlos Valadares (PP-SE), Roberto Freire (PPS-PE) e Júnia Marise (PDT-MG). O presidente do Senado, José Sarney, informou que a CCJ terá 30 dias para discutir e votar as emendas, retornando a matéria em seguida ao plenário, para votação em primeiro turno.

A emenda de Valadares, que conta com assinaturas de 33 senadores, determina que a Petrobrás não poderá ser privatizada, ficando a estatal com exclusividade para permanecer explorando as áreas onde já atua.

Já a emenda de Freire, com 35 assinaturas, coloca a Petrobrás como intermediária entre a União e grupos que venham a manifestar interesse em pesquisar, explorar e refinar petróleo depois da flexibilização do monopólio estatal.

Júnia Marise, com 27 assinaturas de apoio, pretende que a regulamentação da mudança constitucional seja feita por lei complementar, que exige para sua aprovação maioria absoluta, e não por lei ordinária.

■ A CCJ aprovou ontem proposta de emenda constitucional que condiciona o recesso do Congresso à aprovação do Orçamento. **Página 2**

CPI quer tirar 600 mil garimpeiros da ilegalidade

A imediata regulamentação da atividade garimpeira foi defendida pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Romero Jucá (PFL-RR), presidente e relator da CPI da Mineração, argumentando que a medida irá contribuir para tirar cerca de 600 mil garimpeiros da clandestinidade.

Reunida na tarde de ontem, a CPI ouviu o presidente do Ibama, Raul Jungmann, que considerou o trabalho dos garimpeiros "extremamente negativo e predatório ao meio ambiente", da maneira como vem sendo realizado, e por isso também pregou a regulamentação do setor de exploração mineral.

Ramez Tebet defendeu a importância do meio ambien-

te no processo de desenvolvimento do país, que deve ser racional e auto-sustentado, ou seja, "o país precisa progredir em todos os setores mas sempre cuidando da qualidade de vida, e a situação do garimpeiro não pode ser ignorada".

Romero Jucá assegurou que há muito "os garimpeiros atuam à margem da lei, pois estão sem uma legislação que os apóie. Por isso iremos propor no âmbito do relatório da CPI uma nova legislação específica em conjunto e em apoio aos garimpeiros". Jucá disse que "o garimpeiro é a própria vítima do seu dia-a-dia, porque se contamina com mercúrio e acaba morrendo por conta dessa ação predatória".

Comissão aprova emenda que condiciona recesso ao Orçamento

CCJ também acolhe projeto de Júlio Campos prevendo anistia para os eleitores que deixaram de votar nas eleições de 1994

O Congresso Nacional não poderá entrar em recesso de final de ano sem a aprovação do Orçamento, conforme estabelece proposta de emenda constitucional aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO).

De iniciativa do senador

Ney Suassuna (PMDB-PB), a proposta altera dispositivo do art. 57 da Carta, que condiciona o início do recesso de meio de ano à aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

A matéria depende ainda da apreciação do plenário do Senado, onde será votada em dois turnos. Se aprovada pela

Casa, será remetida ao exame da Câmara dos Deputados.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) que anistia os eleitores que deixaram de votar nas eleições de 1994 ou não se justificaram no prazo legal.



Gilberto Miranda

Adiada a votação sobre patentes

A votação dos destaques apresentados ao projeto de Lei de Patentes, que estava marcada para ontem, foi adiada para a próxima terça-feira (dia 26). O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), instalou a sessão e em seguida determinou seu encerramento, por falta de quórum para deliberação.

Os destaques visam modificar o parecer oferecido pelo relator, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), aprovado na semana passada. O parecer introduziu alteração no substitutivo que havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde a matéria foi relatada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Nabor defende prerrogativas do Congresso

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu ontem as prerrogativas do Congresso Nacional na elaboração do Orçamento da União, ao denunciar que ainda existem setores que "sonham" com uma simples atitude homologatória de senadores e deputados, reservando-lhes o papel de "carimbadores complacentes" e transformando o Legislativo em "mero cartório para registro de números e conferência das assinaturas dos responsáveis pelo orçamento no Poder Executivo".

Orçamento já é debatido

Os secretários de Orçamento Federal, Waldemar Giomi, e de Planejamento e Avaliação, Mauro Marcondes, ambos do Ministério do Planejamento, debateram na tarde de ontem com senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento (CMO) a proposta orçamentária para o próximo ano e o Plano Plurianual (PPA) para 1996/99.

O presidente da comissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), observou que as receitas previstas são con-

ditionadas à aprovação de matérias tributárias em tramitação e à aceleração do programa de privatizações.

Calheiros se referia às previsões de receita do CMF (Contribuição sobre Movimentação Financeira), da cobrança de imposto de renda dos inativos da União, da proposta de aumento do imposto dos autônomos e de mudança no imposto de renda das pessoas jurídicas, todas ainda sujeitas a aprovação pelo Congresso Nacional.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

10h30 - Recebe jornalistas da Câmara de Comércio França-Brasil.

11h - Recebe o Sr. Paulo Guerra.

14h30 - Presidência Sessão Ordinária do Senado

17h30 - Recebe o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva.

18h - Recebe o coordenador da Frente Parlamentar Metro-ferroviária, deputado Cunha Lima.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: PEC nº 40/95, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde.

19h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Votação, em turno único, em globo, dos vetos apostos ao Projeto de Lei nº 3/94-CN (Orçamento/95).

COMISSÕES

9h - Comissão Conjunta do Mercosul

Pauta: Palestra sobre as novas oportunidades para a indústria no Mercosul. Local: Plenário 14 - Anexo II da Câmara dos Deputados.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PECs nºs 13/95, que dispõe sobre a propaganda eleitoral, e 19/95, sobre a substituição do Supremo Tribunal Federal por um Tribunal Constitucional. Local: sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Infra-Estrutura

Pauta: Discussão da emendas de plenário ao PLC nº 117 (Código de Mineração). Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Requerimentos do senador Freitas Neto para que a comissão solicite informações à secretária executiva do Programa Comunidade Solidária, Anna Maria Peliano; e da senadora Benedita da Silva e senador Ronaldo Cunha Lima, de realização de uma audiência pública no dia 21.09.95 para instrução do PLS nº 129/95, que regulamenta o procedimento de titulação de propriedade imobiliária aos remanescentes da comunidade dos quilombos. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial Temporária que solicita apoio do Congresso Nacional para implementar atividades relativas ao tricentenário de Zumbi.

Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Cabral propõe acabar com cotas na Zona Franca

O senador **Bernardo Cabral** (PP-AM) pediu ontem ao governo federal que revogue o decreto que estabele-



Cabral

ce o contingenciamento das cotas de importação válido para a Zona Franca de Manaus.

Segundo Bernardo Cabral, o contingenciamento é uma medida inconstitucional e também "um ato discricionário contra o estado do Amazonas".

O pronunciamento de Bernardo Cabral foi apoiado pelos senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) - que lamentou o "tratamento discriminatório" da parte do governo federal para com as regiões mais pobres do país - e Nabor Júnior (PMDB-AC).

Controle interno é tema de encontro nacional no Senado

O IV Encontro Nacional de Dirigentes de Controle Interno será aberto hoje, às 10h30, no auditório Petrônio Portela, do Senado Federal. A solenidade contará com a presença do ministro Homero Santos, presidente em exercício do Tribunal de Contas da União. O presidente do Senado, José Sarney, será representado na cerimônia pelo diretor-geral, Agacieli da Silva Maia.

Promovido pelos dirigentes de controle interno dos três poderes da União, o encontro tem por objetivo ampliar o intercâmbio de informações que conduzam à eficiência desse serviço e assegurem alcançar a qualidade total; pretende, também, estimular a padronização dos processos licitatórios e, finalmente, promover a integração entre os controles interno e externo, esse exercido pelo Legislativo federal ou estadual, com o auxílio dos tribunais de Contas.

Projeto impede servidor de atuar em consultoria

Proposta de Valadares é resposta a episódios envolvendo Hargreaves e Dallari

Os ocupantes de cargos de confiança na administração direta, indireta ou em fundações do governo ficarão impedidos de prestar serviços de consultoria a empresas privadas e públicas, caso seja aprovado o projeto apresentado ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE).

Nos casos em que a proibição for burlada, o senador pro-



Valadares

põe a nulidade de todos os atos praticados pelo funcionário envolvido e o ressarcimento da remuneração ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Na justificação do projeto, o senador cita os episódios envolvendo José Milton Dallari e Henrique Hargreaves, dois funcionários graduados que tiveram de se demitir após denúncias.

Jucá repele campanha contra Sebrae

O contrato de consultoria assinado entre o Sebrae e o ex-presidente dos Correios, Henrique Hargreaves, na opinião do senador Romero Jucá (PFL-RR) é um fato isolado e não pode obscurecer os serviços que a entidade tem prestado aos micro e pequenos empresários ao longo dos anos.



Romero Jucá

Em aparte, o senador Levy Dias (PPR-MS) disse que também é um "defensor intransigente" da microempresa, mas condenou o contrato com Hargreaves. O senador Bernardo Cabral (PP-

AM) concordou com Romero Jucá e disse que existe uma campanha "evidentemente voltada contra o Sebrae".

Parcelamento na Previdência perde regime de urgência

Depois de longo debate, o plenário do Senado decidiu ontem enviar para análise da Comissão de Assuntos Econômicos projeto de lei que autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores. A decisão acabou requerimento do senador Esperidião Amin (PPR-SC), retirando o regime de urgência do projeto.

O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), deu parecer favorável à

aprovação do parcelamento das dívidas, argumentando que existem vários estados e milhares de municípios endividados junto à Previdência.

A proposta gerou grande polêmica, tendo participado dos debates os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), José Eduardo Dutra (PT-SE), Geraldo Melo (PSDB-RN), Gilberto Miranda (PMDB-AM), Elcio Alvares (PFL-ES), Jäder Barbalho (PMDB-PA) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Novo serviço leva à TV atividades dos senadores

A partir de hoje, dia 20 de setembro, estará disponível no satélite aberto, para livre utilização pelas emissoras de TV, o "Jornal do Senado", informativo diário de 10 minutos, com as atividades dos senadores em plenário e nas comissões.

O "Jornal do Senado" poderá ser utilizado livremente, no todo ou em parte, em qualquer horário, a critério das emissoras, e sem qualquer obrigatoriedade. A geração do programa ficará a cargo da Radiobrás, via Embratel. O sinal estará disponível de segunda a sexta-feira, nos centros de TV de Brasília e Rio de Janeiro, das 12h45 às 13h.

A Rede Vida será uma das emissoras a transmitir o "Jornal do Senado", nesse mesmo horário, diariamente para todo o Brasil, através da NET e da TVA. A idéia surgiu numa audiência concedida pelo presidente do Senado, José Sarney, ao diretor-presidente da Rede Vida, João Monteiro de Barros. Em Brasília, o "Jornal do Senado" poderá ser visto também através da NET, divulgada pela TV Apoio, todos os dias, às 18h15, de acordo com decisão do diretor da empresa, Francisco Maia.

Além do "Jornal do Senado", o dia-a-dia dos senadores também pode ser acompanhado através do telejornal "Congresso Hoje", que divulga as atividades do Senado e da Câmara, e continuará a ser veiculado pela Radiobrás.

Alcântara registra morte de deputado

A morte do deputado estadual Manoel Castro Filho, ocorrida segunda-feira, no Ceará, foi registrada ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que o classificou como uma das principais chefias políticas do Vale do Jaguaribe, principalmente no município de Morada Nova.

Jonas pede votação de MP de juros

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) alertou ontem para a necessidade de o Congresso votar logo o projeto de conversão da Medida Provisória 1.105, que estabelece a aplicação da



Jonas

Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para a cobrança de financiamentos dos fundos constitucionais, em lugar da Taxa Referencial de Juros (TR).

Jonas Pinheiro foi relator da matéria na comissão mista que estudou o assunto e acredita que o seu parecer modificando a proposta, de acordo com alterações diversas sugeridas pelos parlamentares, não agrada ao governo, que poderá vetá-las.

Amorim propõe aumentar pensão de viúva

O senador Ernandes Amorim (RO) apresentou projeto autorizando o Poder Executivo a aumentar para R\$ 1 mil a pensão especial concedida à mãe de José Eduardo Vieira Raduan, ex-presidente do Inbra, falecido em 1987 num acidente aéreo, no desempenho de suas funções.

A alteração do valor da pensão, de acordo com o senador, é uma providência necessária, porque a quantia estabelecida anteriormente, de R\$ 87,72, está defasada e é "absolutamente insuficiente".

Júnia agradece apoios a Brizola

Senadora espera que deputados do Rio sigam tribunal e não cassem ex-governador

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) agradeceu ontem, em nome da liderança de seu partido, as inúmeras manifestações de solidariedade ao ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, frente à iminência do julgamento das contas de seu governo pela Assembléia Legislativa.

Júnia relacionou depoimentos e artigos de políticos e jornalistas, e disse esperar uma decisão de grandeza dos deputados estaduais, "para que o país não vitime aquele que deu grandes exemplos de dignida-

de política".

A senadora lembrou, como principal argumento na defesa do ex-governador, que o exame das contas do governo Brizola pelo Tribunal de Contas do Estado nada constatou de improbidade.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PPSE) insistiu em que o julgamento das contas não pode ser motivado por razões político-ideológicas ou partidárias. De acordo com sua opinião, a decisão deve ser baseada no parecer do TCE.

Benedita anuncia estudo sobre a mulher

As reuniões da comitiva oficial brasileira e das organizações não-governamentais (ONGs) não tiveram a devida cobertura da mídia brasileira na 4ª Conferência Internacional da Mulher, realizada entre os dias 4 a 15 de setembro, em Pequim.



Benedita

A opinião é da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao relatar a viagem que fez à China, na companhia das senadoras Marluce Pinto (PMDB-RO) e Emília Fernandes (PTB-RS).

A senadora anunciou que apresentará um relatório com os estudos e definições sobre as ações do grupo para o futuro da mulher brasileira.

Suplicy elogia campanha do governo contra Aids

A campanha do Ministério da Saúde de esclarecimento à população sobre a disseminação e o aumento dos casos de Aids no Brasil foi elogiada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem o assunto é mais sério do que se possa pensar, "apesar da polêmica

causada pela adoção do nome dado ao órgão genital do homem", que é o protagonista da campanha.

O líder do PT considerou educada a iniciativa do Ministério da Saúde, "que voltou atrás na escolha do nome, permitindo que a própria sociedade participe".

Waldeck quer disciplinar uso de rio

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator da Comissão Especial do São Francisco, pretende apresentar um projeto de lei que estabelecerá as normas para uso da água do rio. A informação foi dada pelo senador durante painel em que representantes dos governos de vários estados banha-

dos pelo São Francisco mostraram como vêm atuando.

O diretor de planejamento da Codevasf, Guilherme Almeida de Oliveira, lamentou que a prioridade dada até hoje à construção de hidrelétricas ao longo do São Francisco inviabilizou várias atividades comunitárias.

Suassuna questiona ação do BC

Em requerimento de informações a ser dirigido ao ministro da Fazenda, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) deseja saber se o Banco Central dispõe de meios eficazes para detectar má gestão ou gestão temerária no sistema financeiro e determinar o afastamento de seus controladores antes de uma intervenção.

Para o senador, as recentes intervenções e liquidações de bancos provocaram questionamentos sobre a atuação do BC, particularmente quanto aos instrumentos que empregou.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Arelhano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.